



HEGEL E A APERCEPÇÃO PURA TRANSCENDENTAL DE KANT

DOI: <https://doi.org/10.4013/con.2022.18.1.02>

Júlia Sebba Ramalho Morais

Professora de Filosofia na Universidade Federal de Goiás (UFG)

juliasebba@ufg.br

<http://lattes.cnpq.br/8318098967915156>

RESUMO:

Neste artigo abordo a questão da interpretação de Hegel acerca do conceito de apercepção pura transcendental em Kant. Como procuro mostrar, Hegel inicialmente faz uma análise positiva do argumento kantiano acerca da apercepção, concordando com Kant sobre a unidade e o caráter pensante e autorreferente do eu. Com efeito, para Hegel, Kant elabora uma compreensão muito importante sobre a natureza do conhecimento, ao afirmar que a unidade conceitual da autoconsciência constitui a unidade do objeto. Contudo, por outro lado, Hegel analisa o argumento kantiano sob outra perspectiva, sustentando que Kant não desenvolve coerentemente a tese da unidade da apercepção pura e acaba por considerar a autoconsciência apenas do ponto de vista subjetivo, em uma relação externa com o objeto. Neste contexto, minha leitura é que Hegel incorpora em sua *Lógica* aquilo que ele concebe como um elemento especulativo no interior do argumento kantiano sobre a apercepção pura transcendental, transformando, assim, a compreensão kantiana sobre o eu penso em sua concepção lógico-especulativa sobre o conceito subjetivo. Nestes termos, dialogo com a interpretação de Robert Pippin em *Hegel's Idealism*, discordando da afirmação do autor, segundo a qual, a concepção hegeliana sobre o conceito na *Ciência da Lógica* consiste em uma continuidade da concepção kantiana sobre a apercepção pura transcendental.

PALAVRAS-CHAVE:

Hegel. Kant. Apercepção Pura Transcendental.

HEGEL AND KANT'S PURE TRANSCENDENTAL APPERCEPTION

ABSTRACT:

In this article I address the question of Hegel's interpretation of the concept of pure transcendental apperception in Kant. As I try to show, Hegel initially makes a positive analysis of the Kantian argument about apperception, agreeing with Kant on the unity and the thinking and self-referential character of the self. Indeed, for Hegel, Kant elaborates a very important understanding of the nature of knowledge, by stating that the conceptual unity of self-consciousness constitutes the unity of the object. However, Hegel also analyzes the Kantian argument from another perspective, arguing that Kant does not coherently develop the thesis of the unity of pure apperception and ends up considering self-consciousness only from the subjective point of view, in an external relationship with the object. In this context, my reading is that Hegel incorporates in his *Logic* what he conceives as a speculative element within the Kantian argument about the pure transcendental apperception, thus transforming the Kantian understanding of the I think into his logical-speculative conception of the subjective concept. In these terms, I dialogue with Robert Pippin's interpretation in *Hegel's Idealism*, disagreeing with the author's statement, according to which the Hegelian conception of the concept in the *Science of Logic* consists of a continuity of the Kantian conception of pure transcendental apperception.

KEYWORDS:

Hegel. Kant. Apperception Pure Transcendental.

Introdução

No presente artigo analiso a interpretação de Hegel acerca do argumento kantiano da “Dedução Transcendental das Categorias”, ou mais precisamente abordo a leitura de Hegel sobre o conceito kantiano de apercepção pura transcendental. Tal interpretação hegeliana foi muito debatida a partir da obra de Robert Pippin, intitulada *Hegel's Idealism: the Satisfactions of Self-Consciousness* de 1989, onde o autor expõe uma leitura sobre a obra kantiana em seu âmbito teórico e mostra como Hegel, em sua visão, elabora sua própria noção de conceito a partir do texto kantiano, assimilando de modo geral a noção de autoconsciência. Meu intuito não é fazer uma análise exaustiva do argumento de Pippin, mas, sim, a partir de algumas teses emblemáticas do autor, procurar destacar como, de outro modo, podemos ler a recepção hegeliana do argumento kantiano da “Dedução” como uma reelaboração especulativa de Hegel sobre a noção de apercepção pura e não como uma assunção da noção kantiana de autoconsciência. Assim, procurarei mostrar como Hegel elogia Kant em sua definição da unidade da autoconsciência objetiva nos parágrafos 16, 17 e 18 da *Crítica da Razão Pura* e, a partir daí, desenvolve sua compreensão sobre o conceito lógico subjetivo como uma estrutura de pensamento autorreferente e reflexiva que põe para si mesmo a objetividade. É importante destacar que não irei me adentrar tampouco nos detalhes da argumentação kantiana da “Dedução Transcendental das Categorias”, mas me concentrarei sobretudo em

explicitar o texto de Hegel sobre esta passagem da *Crítica* e, a partir disso, mostrar, como ele reelabora a noção kantiana do eu penso.

Divido meu trabalho em três partes: primeiramente, exponho a tese principal de Pippin em seu *Hegel's Idealism*, mostrando como, em Hegel, a noção de autoconsciência na *Lógica* se desvia do sentido do texto kantiano, uma vez que, para Hegel, a noção kantiana de autoconsciência se inscreve no interior da *Fenomenologia do Espírito*. No segundo tópico procuro mostrar como Hegel assimila positivamente a concepção conceitual de Kant sobre a apercepção pura. E, enfim, no terceiro tópico, desenvolvo uma leitura do texto hegeliano sobre a “Dedução Transcendental das Categorias”, mostrando como Hegel concebe o argumento kantiano sob um duplo viés, na medida em que Kant, na visão de Hegel, inicialmente intui especulativamente a unidade da autoconsciência com o objeto, mas, em seguida, insere-se em uma justificação psicológico-empírica do eu em seu processo de conhecimento da multiplicidade empírica.

A recepção hegeliana do eu penso kantiano

Conforme Robert Pippin, em sua obra *Hegel's Idealism: the Satisfactions of Self-Consciousness* (2001)¹, a “Dedução Transcendental das Categorias” da *Crítica da Razão Pura* de Kant constitui o ponto basilar na discussão dos idealistas alemães (Fichte, Schelling e Hegel) sobre o que estes compreendem como a “identidade da teoria kantiana” (PIPPIN, 2001, p. 17). De acordo com Pippin, tais autores buscavam encontrar um princípio, ou um argumento central que pudesse conferir sustentação e coerência argumentativa à filosofia transcendental kantiana. Nas palavras de Pippin:

Certamente o que influenciou Hegel primeiramente foi o entendimento de Kant do que ele chama de “princípio fundamental” da totalidade de sua filosofia teórica, “a unidade transcendental da apercepção”, e o uso deste princípio para justificar o conhecimento sintético a priori. (PIPPIN, 2001, p. 17; a tradução é minha).

De fato, concordando com Pippin, um dos pontos mais importantes na recepção e interpretação de Hegel sobre a filosofia kantiana versa sobre o tema da justificação da validade objetiva dos conceitos puros do entendimento (objeto da “Dedução Transcendental das Categorias” da *Crítica da Razão Pura*) e, por conseguinte, sobre a questão da apercepção pura transcendental. Hegel, na “Doutrina do Conceito” da *Ciência da Lógica*, em sua análise sobre o eu e o conceito, inicialmente elogia com bastante ênfase a consideração kantiana acerca desta estrutura de pensamento:

¹ A primeira edição desta obra data de 1989.

Uma das intelecções mais profundas e corretas que se encontram na *Crítica da razão pura* é a de que a *unidade* que constitui a *essência do conceito* é conhecida como a unidade *originária sintética da apercepção*, como unidade do “*eu penso*”, ou da *autoconsciência*. - Essa proposição constitui a assim denominada dedução *transcendental* das categorias; mas, desde sempre, ela foi considerada uma das partes mais difíceis da filosofia kantiana -, certamente por nenhuma outra razão senão por exigir que se deva ir além da mera *representação* das relações na qual o *Eu* e o *entendimento* ou os *conceitos* estão com uma coisa e suas propriedades ou acidentes e que se deva avançar até o *pensamento*. (HEGEL, 2018, p. 45).

Esta passagem é bastante emblemática para a compreensão da relação da filosofia teórica de Hegel com a de Kant e, mais do que isso, para entendermos a gênese da concepção hegeliana acerca do conceito (*Begriff*) lógico e de sua noção sobre o eu. Em minha visão, Hegel se apropria daquilo que ele considera como um traço especulativo na compreensão kantiana sobre a apercepção pura transcendental – o que é claro na passagem acima – mas, isso não significa, não obstante, que Hegel assuma completamente no interior de sua filosofia os desdobramentos do ponto de vista de Kant sobre o eu penso e sua relação com as categorias e com os elementos sensíveis. Com efeito, entendo que Hegel em (1º) lugar se apropria positivamente do “significado especulativo da noção de apercepção pura” de Kant e esta apropriação, em minha visão, constitui um ponto crucial para a elaboração da definição hegeliana do conceito lógico subjetivo. Contudo, em um (2º) momento, Hegel critica fortemente Kant no contexto de sua discussão sobre a “Dedução Transcendental das Categorias”, afirmando que Kant acaba por qualificar o eu penso de um ponto de vista subjetivista e unilateral. Desse modo, penso que em um (3º) momento, Hegel suspende (*aufheben*) e reelabora a noção kantiana do eu penso no interior de sua nova visão especulativa sobre a subjetividade lógica.

Desse modo, começo a me distanciar da tese de Pippin em *Hegel's Idealism* a respeito da interpretação hegeliana sobre a apercepção pura transcendental de Kant. Pois, Pippin, baseando-se fundamentalmente na passagem acima citada e também na seguinte afirmação de Hegel: “O conceito, na medida em que progrediu para uma *existência* tal que é, ela mesma, livre, nada mais é do que o *Eu* ou a autoconsciência pura” (HEGEL, 2018, p. 44), sustenta que todo o argumento da “Doutrina do Conceito” de Hegel, em que ele analisa a autodeterminação e o autodesenvolvimento do conceito lógico subjetivo, consiste em uma referência à doutrina da apercepção pura de Kant (PIPPIN, 2001, p. 18). Conforme afirma Pippin, Hegel deixa muito claro já no início de sua “Doutrina do Conceito” que há uma identificação de sua compreensão acerca do conceito (*Begriff*) lógico com a doutrina kantiana da apercepção e da autoconsciência pura (PIPPIN, 2001, p. 232).

Com efeito, em sua obra mais recente, intitulada *Hegel's Realm of Shadows: Logic as Metaphysics in the Science of Logic*, Pippin busca dar uma resposta, segundo ele, às inúmeras críticas

feitas a esta interpretação que ele desenvolvera em *Hegel's Idealism*, uma vez que ele pretendeu tomar Hegel como “demasiado kantiano” nesta obra (PIPPIN, 2019, p. 339; a tradução é minha)². Conforme o próprio Pippin em *Hegel's Realm of Shadows*, não foi o caso de mostrar Hegel em sua obra *Hegel's Idealism* simplesmente como um kantiano, mas, sim, de averiguar, segundo ele, o enorme débito de Hegel em relação à questão da apercepção pura na filosofia de Kant. No entanto, ainda nesta obra *Hegel's Realm of Shadows* (2019), Pippin continua a sustentar que, para Hegel, o completo autodesenvolvimento do conceito consiste no desenvolvimento da autoconsciência em um sentido kantiano (PIPPIN, 2019, p. 125). E esta tese – que, a meu ver, é equivocada – pode ser retirada, segundo Pippin, da própria passagem do início da “Doutrina do Conceito” acima citada³.

Voltemo-nos para a emblemática afirmação de Hegel do início da “Doutrina do Conceito” para a qual Robert Pippin dirige sua atenção em *Hegel's Idealism*: “O conceito, na medida em que progrediu para uma *existência* tal que é, ela mesma, livre, nada mais é do que o *Eu* ou a autoconsciência pura” (HEGEL, 2018, p. 44). Em primeiro lugar, penso que Hegel não quer dizer com esta tese que o conceito lógico, enquanto existente, é a autoconsciência em um sentido fenomenológico. Pois, para Hegel, a autoconsciência na “Filosofia do Real”, possui um lugar específico em seu sistema maduro, que é a *Fenomenologia do Espírito*, que se localiza no interior da *Filosofia do Espírito Subjetivo*. Neste nível, o espírito subjetivo como autoconsciência envolve necessariamente uma relação de oposição com o objeto. E, na própria *Lógica*, Hegel deixa isso claro: a “consciência encerra em si a oposição do Eu e do seu objeto” (HEGEL, 2017, p. 66). Ora, além disso, na *Fenomenologia da Filosofia do Espírito*, Hegel atesta:

² Muitos autores discordaram da posição assumida por Pippin em *Hegel's Idealism*, criticando-o por afirmar contundentemente a continuidade do argumento hegeliano a partir da perspectiva de Kant. Robert Stern, em seu artigo intitulado “*Hegel's Idealism*” no *Cambridge Companion to Hegel and Nineteenth-Century Philosophy*, analisa a interpretação de Pippin e mostra como vários autores (entre eles, Pinkard (1989), Ameriks (1991), Houlgate (2001; 2006)) discordaram de sua visão. Conforme Stern: “Críticos da posição de Pippin estão convencidos e argumentam, em vez disso, que a posição de Hegel é não-transcendental e que ele rejeita qualquer restrição kantiana da metafísica como um método baseado sobre as condições da autoconsciência, antes que no “ser como tal” (Stern, 2008). E ainda: “Os críticos da leitura transcendental de Pippin acerca de Hegel podem concordar que Hegel é um pós-kantiano, aceitando importantes elementos da crítica de Kant à Metafísica Tradicional, particularmente à Metafísica Especial, com seu foco nas entidades transcendentais, como Deus e alma, enquanto argumentam ainda que Hegel é mais próximo de Aristóteles do que de Kant na condução de sua investigação ontológica, como a Metafísica geral, para a qual, as categorias analisadas na *Lógica* são todas formas ou modos do ser; elas não são meros conceitos em termos dos quais nós temos entendimento do que são” (STERN, 2008, p. 140-141).

³ A leitura de Terry Pinkard a respeito da relação Hegel-Kant neste ponto de discussão é interessante de ser considerada. Afirma Pinkard: Consequentemente, aos olhos de Hegel, o que é importante na filosofia kantiana não é a tentativa de derivar tudo das condições da autoconsciência, *mas a tentativa de construir uma auto-subsunção, uma auto-reflexiva explicação das categorias. Autoconsciência é somente um exemplo de tal estrutura reflexiva* (PINKARD in STERN 2008, p. 139-140; o grifo é meu; a tradução é minha). Terry Pinkard está aqui procurando expor uma leitura contraposta à de Pippin sobre a centralidade do conceito de autoconsciência no interior da *Ciência da Lógica* de Hegel. Ou seja, Pinkard procura mostrar que o conceito de autoconsciência, em sentido kantiano, como fundamento do conhecimento objetivo, não é o cerne da tematização de Hegel na “Doutrina do Conceito”. Em sua interpretação, de outro modo, a autoconsciência pura insere-se em uma consideração mais geral sobre a autorreflexividade, que é própria da estrutura do conceito lógico subjetivo.

A filosofia kantiana pode ser considerada, com todo o rigor, como a filosofia que apreendeu o espírito como consciência e que contém só e unicamente as determinações da fenomenologia, e não da filosofia do espírito. Ela considera [o] Eu como relação a algo que está além, que se chama, na sua determinação abstrata, a coisa em si, e só segundo essa finitude apreende tanto a inteligência como a vontade. (HEGEL, 1995b, p. 185).

Assim, Hegel situa claramente a noção kantiana de eu, ou de autoconsciência, no âmbito da *Fenomenologia do Espírito* e não da *Lógica*. Sendo assim, como entender, então, a afirmação de Hegel, segundo a qual, o conceito “nada mais é do que o Eu, ou a autoconsciência pura” (HEGEL, 2018, p. 44)? Com efeito, ponderando, podemos depreender desta afirmação que aqui Hegel está falando da autoconsciência em um sentido puro, ou seja, enquanto inscrita no puro elemento lógico do pensamento. Desse modo, disso não se segue, absolutamente, que a abordagem de Hegel sobre o conceito na *Lógica* identifique o mesmo com a autoconsciência em um sentido fenomenológico, pois que esta se situa em oposição com o objeto. Para melhor compreender esta teia de significados sobre o termo “autoconsciência”, vale citar uma famosa passagem da *Ciência da Lógica*, onde Hegel afirma:

A pura ciência pressupõe, com isso, a libertação da oposição da consciência. Ela contém o pensamento, na medida em que ele é igualmente a Coisa em si mesma, ou seja, a Coisa em si mesma, na medida em que ela é igualmente o pensamento puro. Como ciência, a verdade é a pura autoconsciência que se desenvolve e tem a figura do Si (*Selbst*), a saber, que o ente em e para si é conceito sabido, mas o conceito enquanto tal é o ente em e para si. Esse pensar objetivo é, pois, o conteúdo da ciência pura. (HEGEL, 2017, p. 52; o grifo é meu).

A meu ver, parece que Hegel tem em mente na passagem citada acima dois sentidos do termo “autoconsciência”. O primeiro a que ele se refere é a significação mais utilizada: trata-se do sentido fenomenológico e que versa sobre a oposição do eu (ou do sujeito) com o objeto. Segundo Hegel, como vimos, esta oposição é superada na *Ciência da Lógica*. No contexto desta significação, na “Divisão Geral da Lógica”, Hegel se refere ao eu que pode objetivar a si mesmo através da atuação originária e necessária da autoconsciência. Mas, segundo o próprio Hegel, este atuar “não deveria mais ser denominado como consciência; [pois] *consciência encerra em si a oposição do Eu e de seu objeto, a qual não está presente naquele atuar originário*” (HEGEL, 2017, p. 66; o grifo e o colchete são meus). E ainda continua: “A denominação ‘consciência’ lança ainda mais a aparência de subjetividade sobre o mesmo do que a expressão pensar, o qual aqui, todavia, tem de ser pensado no sentido absoluto como pensar infinito, como não preso à finitude da consciência, dito brevemente, como pensar como tal” (HEGEL, 2017, p. 66; o grifo é meu). Autoconsciência possui, então, para Hegel, um sentido fortemente fenomenológico, em que encontramos a oposição dual entre o eu e o objeto. E, além disso, como sabemos, este sentido do termo autoconsciência, para Hegel é próprio da filosofia de Kant.

No entanto, na passagem destacada acima, Hegel nos mostra, ademais, que ‘a verdade é a pura autoconsciência que se desenvolve e tem a figura do Si (*Selbst*)’ e que isso significa, pois, que ‘o ente em e para si é conceito sabido’. Este parece consistir, pois, no segundo sentido do termo autoconsciência entendido por Hegel. Este significado possui o sentido da pureza da autorreferência própria à autoconsciência e Hegel fala em *saber*, ou seja, no conceito que se *sabe* como em si e para si. Com efeito, na *Ciência da Lógica*, há uma estrutura circular total de autorreferência que atinge seu ápice com o autoconhecimento da ideia absoluta. Esta é o saber completo de todo o atuar subjetivo do conceito e é pela ideia absoluta que o conceito vem a ser para si em sua completa autorreferencialidade. Assim, podemos dizer que na *Ciência da Lógica* há a imanência do saber de si, ou da autorreferencialidade do conceito no interior do puro pensamento de pensamento e, desse modo, falar de autoconsciência no âmbito desta obra é falar em autoconsciência pura como verdade que se sabe, ou como conceito que se sabe como em si e para si. A autoconsciência tem neste caso, ademais, a forma pura da circularidade reflexiva absoluta, quando o eu é objeto para si.

Dessa maneira, na *Lógica*, o autodesenvolvimento do conceito não consiste ‘no desenvolvimento da autoconsciência em um sentido kantiano’, como afirma Pippin (PIPPIN, 2019, p. 125). Mas, sim, no autodesenvolvimento do conceito que sabe de si e que se encontra no elemento do puro pensamento. A autoconsciência pura na *Lógica* é, por conseguinte, o ‘ente em e para si como conceito sabido’. Por conseguinte, a definição de conceito, em Hegel, não pode ser tomada como um equivalente da definição de autoconsciência no sentido kantiano, como afirma Pippin, pois que, para Hegel, a autoconsciência kantiana encontra-se no âmbito da *Fenomenologia* e não da *Lógica*.

A interpretação especulativa de Hegel acerca do eu penso kantiano

Apesar desta diferenciação no que tange à localização do conceito de autoconsciência no interior da filosofia de Hegel, nosso autor, todavia, assimila profundamente a compreensão kantiana da apercepção pura transcendental em seu caráter de unidade pensante. Neste sentido, o primeiro aspecto positivo da interpretação hegeliana sobre a apercepção pura transcendental de Kant diz respeito ao elogio de Hegel ao fato de Kant ter ultrapassado o que Hegel concebe como uma relação externa entre o entendimento e o eu:

Se, de acordo com o modo comum, fala-se do entendimento que Eu tenho, entende-se com isso uma faculdade ou uma propriedade que está na relação com o Eu como a propriedade da coisa está com a própria coisa -, *com um substrato indeterminado que não é o verdadeiro fundamento e o determinante de sua propriedade*. Segundo esta representação, eu tenho conceitos e o conceito, como eu também tenho um casaco, uma

cor ou outras propriedades externas. - *Kant ultrapassou essa relação externa do entendimento, enquanto faculdade dos conceitos e do próprio conceito, com o eu.* (HEGEL, 2018, p. 45).

Esta relação externa, para Hegel, seria uma relação própria da antiga concepção de sujeito que supunha este como uma substância que possuía determinadas características a ele agregadas, sendo o entendimento uma destas, por exemplo. Tal abordagem é própria da antiga Psicologia Racional⁴. Neste sentido, o termo “sujeito” possuía o significado de uma coisa à qual eram acrescidas as suas propriedades. Cabe destacar que Hegel faz esta afirmação a respeito da consideração kantiana, que ele considera inovadora, justamente no início de sua “Doutrina do Conceito” – momento imediatamente posterior ao tratamento hegeliano sobre a substância na “Doutrina da Essência”⁵. Assim, o conceito, para Hegel, suspende a relação sem liberdade própria da substancialidade e, para ele, foi Kant quem propriamente introduziu a noção conceitual acerca do eu, ou da subjetividade. De fato, Kant passa a conceber o sujeito não mais em termos de substância, como um ser que subjaz em si idêntico e, para o qual, os conceitos, e o próprio entendimento, são suas propriedades no sentido de serem seus atributos. Kant, inclusive, critica expressamente a concepção de alma da Metafísica Moderna nos “Paralogismos da Razão Pura”⁶.

Mas, além deste elogio de Hegel ao fato de Kant ter superado a externa relação do sujeito concebido como substância com as suas propriedades, Hegel sustenta logo na sequência da passagem citada acima que Kant identifica o eu com o conceito, ou com as categorias. Cito novamente a referida passagem:

Uma das intelecções mais profundas e corretas que se encontram na *Crítica da razão pura* é a de que a *unidade* que constitui a *essência do conceito* é conhecida como a unidade *originária sintética da apercepção*, como unidade do “*eu penso*”, ou da *autoconsciência*. (HEGEL, 2018, p. 45).

⁴ A antiga “Psicologia Racional” corresponde a uma vertente da Metafísica Especial (segundo a divisão da Metafísica proposta por Wolff) e considerava a alma segundo suas determinações metafísicas. Tal estudo inquiria sobretudo acerca da imortalidade da alma, mas também sobre sua identidade e simplicidade. Nas palavras de Hegel: “A *metafísica do espírito*, ou, como se preferia falar no passado, da *alma*, girava em torno das determinações de substância, simplicidade, imaterialidade – determinações nas quais era colocada na base como sujeito a *representação* do espírito derivada da consciência *empírica* e se perguntava que tipos de predicados concordam com as percepções – um procedimento que não podia avançar mais do que o procedimento da física de trazer o mundo do aparecimento a leis universais e a determinações de reflexão, já que o espírito estava na base também apenas em seu *aparecimento*” (HEGEL, 2018, p. 261-262).

⁵ Não somente na *Ciência da Lógica*, mas já na *Fenomenologia*, Hegel afirma: “segundo minha concepção – que só deve ser justificada pela apresentação do próprio sistema – tudo decorre de entender e exprimir o verdadeiro não como substância, mas também, precisamente, como sujeito” (HEGEL, 2000, p. 29). Para Hegel, ultrapassar o conceito de substância e partir do ponto de vista da subjetividade conceitual é a exigência que uma verdadeira filosofia deve empreender.

⁶ Hegel, apesar de concordar com a importância da crítica kantiana à Antiga Metafísica e, particularmente, à Psicologia Racional, critica, não obstante, os termos e o método desta crítica. “Sempre se pode considerar como um bom resultado da crítica kantiana que o filosofar sobre o espírito fosse libertado da alma-coisa, das categorias e portanto das questões sobre a simplicidade ou composição, sobre a imaterialidade etc. da alma. Mas o verdadeiro ponto de vista sobre a inadmissibilidade de tais formas não há de ser, mesmo para o entendimento humano ordinário, que elas são pensamentos; senão, antes, que tais pensamentos, em si e por si, não contêm a verdade” (HEGEL, 1995a, p. 118).

A questão envolvida aqui no panorama deste eloquente elogio de Hegel é a identidade do conceito com o eu, ou autoconsciência. Na tessitura da obra de Hegel, este é um ponto importante de seu argumento, que liga-se, ainda, com a seguinte tese também já analisada atrás⁷: “O conceito, na medida em que progrediu para uma existência tal que é, ela mesma, livre, nada mais é do que o Eu ou a autoconsciência pura” (HEGEL, 2018, p. 44). E continua: “Certamente, eu tenho conceitos, quer dizer, conceitos determinados; mas, o Eu é o próprio conceito puro, que, enquanto conceito, chegou ao ser-aí” (HEGEL, 2018, p. 44; o grifo é meu). Hegel afirma aqui primeiramente que o eu relaciona-se com conceitos, que os possui, que os julga enquanto sujeito cognoscente. Mas, para ele, mais do que isso, o eu é o supremo conceito, é o conceito para si.

Devemos entender melhor o que Hegel quer significar aqui com esta afirmação de que ‘o Eu é o próprio conceito’. Ora, para Hegel, o eu é pensamento, pois, para simplesmente se dizer “eu”, o sujeito *se pensa* como eu, daí a expressão: “eu penso” – o eu e o pensamento são, pois, inseparáveis. Em suas palavras: “O pensar, representado como *sujeito*, é o [sujeito] *pensante*, e a expressão simples do sujeito existente como [ser] pensante é *Eu*” (HEGEL, 1995a, p. 69). O eu é, pois, originariamente, pensamento, universalidade idêntica a si. E admitir-se como uma unidade idêntica, significa abstrair-se de toda e qualquer sensação particular e pensar-se universalmente como uno; pensar-se, portanto, como eu. A identidade do eu aqui funda-se no pensamento e não em uma sensação particular que, ao contrário, abarca a multiplicidade. Com efeito, esta assimilação que Hegel faz do eu com o pensamento, converge com a sua identificação do eu com o próprio conceito, considerado como a unidade do pensar, pois que o conceito é a autorreferencialidade universalmente concreta do próprio pensamento. O conceito é, assim, subjetividade, enquanto auto-pensamento.

Neste sentido, reciprocamente, o conceito possui, também, a estrutura do eu, ou da subjetividade. O conceito de conceito, em Hegel, significa subjetividade como uma internalidade autorreferente singular e complexa. O conceito é para si, é reflexivo, é auto-pensamento – e não simplesmente, na visão de Hegel, uma representação abstrata, fruto de elementos recebidos exteriormente e que pertenceriam ao eu como um sujeito definido em oposição aos seus objetos, ou simplesmente como possuidor de seus pensamentos. Eu e conceito são, pois, estruturalmente idênticos – de modo que o conceito lógico possui a estrutura da subjetividade. Com efeito, Alfredo Ferrarin afirma que o eu, para Hegel, é um modo de auto-relação do pensamento. Segundo Ferrarin, o eu em Hegel possui uma universalidade concreta e uma auto-

⁷ No tópico anterior analisei esta passagem a fim de mostrar que o conceito em Hegel não assemelha-se à forma da autoconsciência no sentido kantiano, pois, segundo Hegel, o “lugar” apropriado da autoconsciência é na *Fenomenologia do Espírito*.

relação negativa e é considerado “não tanto como um sujeito individual pressuposto como um polo em si mesmo idêntico – mas, como uma dinâmica lógica interna ao pensamento” (FERRARIN, 2019, p. 18).

Há, portanto, em Hegel, uma clara identificação do eu com o pensamento e do eu com o conceito. Mas, em que medida isso é de matriz kantiana? Ou melhor, até que ponto podemos dizer que em Kant ‘a unidade do conceito é conhecida como a unidade sintética originária da apercepção’, como afirma Hegel na famosa passagem citada mais acima?

Ora, penso que o máximo que podemos dizer é que Hegel faz uma leitura especulativa própria do texto kantiano, reelaborando as definições de Kant no interior de sua própria filosofia e não simplesmente admitindo o teor do argumento kantiano – dado que Kant, de fato, não afirma que o eu e o conceito, ou as categorias, possuem a mesma estrutura.

Neste contexto, Beatrice Longuenesse avalia que Hegel parte da compreensão kantiana da apercepção pura transcendental, uma vez que, para Kant, o eu penso é uma estrutura que está acima de aspectos psicológicos, ou empíricos do sujeito e Hegel, nesta perspectiva, Hegel louva a distinção kantiana entre a apercepção pura como princípio objetivo do conhecimento, daquela unidade simplesmente subjetiva da consciência (LONGUENESSE, 2017, p. 28). Assim, continua Longuenesse, Hegel também concebe o sujeito como uma universalidade idêntica pura e isento de determinações empíricas particulares, ou seja, considera o eu como o puro pensamento de si mesmo.

A questão, entretanto, é que Hegel atesta que a origem desta tese de identidade entre o eu e o conceito encontra-se no contexto da filosofia kantiana, como vimos a respeito de sua afirmação de “uma das intelecções mais profundas e corretas que se encontram na *Crítica da Razão Pura* (...)” (HEGEL, 2018, p. 45). E podemos pensar: até que ponto Kant, de fato, sustenta que existe uma identidade entre o eu penso, ou a apercepção pura, e os conceitos? Até que ponto Kant afirma que a apercepção possui uma estrutura conceitual? A meu ver, Hegel acerta quando afirma que Kant ‘ultrapassou esta relação externa do entendimento’, que vimos logo no início deste tópico. Ou seja, Kant não pensa que o eu seja portador do entendimento como sua propriedade, aos moldes da relação da substância com os seus atributos. Neste sentido, Kant lançou uma nova ideia acerca da autoconsciência, ou subjetividade⁸. Ademais, me parece

⁸ Há, contudo, aqui um ponto que precisa ser destacado. Pois, ainda que não seja o caso que Kant conceba o sujeito como substância, não ocorre que ele não pense o entendimento como uma *faculdade* dos conhecimentos. Em outras passagens de sua obra, Hegel, inclusive, critica este ponto da argumentação kantiana e, de modo geral, critica o uso do termo “faculdade” (*Vermögen*) para qualificar os momentos do espírito. Pois, segundo Hegel, este termo implica que o sujeito possui forças autônomas umas ao lado das outras, de modo que o espírito seria concebido apenas como um agregado destas potencialidades. Além disso, segundo Hegel, a investigação das *faculdades* do espírito liga-se, em última instância, à investigação da própria *possibilidade do conhecimento*. Neste sentido, em sua *Filosofia do Espírito Subjetivo*, ao tratar do “Espírito Teórico”, Hegel aborda a filosofia kantiana e afirma: “Se em vez de ‘faculdades e forças’ se usar a expressão ‘atividades’, não fará no caso absolutamente a mínima diferença. *O isolar das atividades faz igualmente do espírito apenas um ser-agregado, e considera sua relação como um relacionamento exterior, contingente*. O agir da inteligência, enquanto espírito teórico, foi chamado

também que Kant concebe o eu em um sentido universal e formal e, assim, está próximo ao próprio pensamento e não é ligado a sensações particulares em sua unidade e identidade.

Contudo, me parece forçosa a afirmação de Hegel do início da “Doutrina do Conceito”, segundo a qual, Kant sustenta a unidade entre eu e conceito, ou entre eu e pensamento. Pois, para Kant, muito diferentemente, a unidade da autoconsciência fundamenta a unidade dos conceitos, sustenta a síntese operada por eles, mas ela não é, por si mesma, um conceito. Ferrarin destaca esta “errônea” interpretação de Hegel, nos mostrando que, desde *Fé e Saber*, Hegel opera esta identificação na filosofia kantiana entre o eu e a categoria. Conforme Ferrarin, porém, para Kant, o eu penso de modo algum consiste em uma categoria e há uma nítida diferença entre o eu e o conceito em sua filosofia (FERRARIN, 2019, p. 142-143). Robert Pippin, por sua vez, em *Hegel’s Realm of Shadows* (2019) faz uma leitura, podemos dizer, “kantiana” da interpretação de Hegel acerca de Kant e, segundo ele, Hegel sustenta que a ‘unidade do conceito é a unidade da apercepção’ pois que, para Kant, segundo Pippin, de fato, o conhecimento pelo conceito é sempre sujeito à unidade sintética da apercepção (PIPPIN, 2019, p. 148). Conseqüentemente, conforme Pippin, a leitura de Hegel é que a unidade do conceito é a unidade da apercepção, pois que é esta relação de unidade que propriamente estabelece a relação a um objeto na filosofia de Kant.

Hegel não confia sobre a forma subjetiva do sentido interno e argumenta, como mencionado, que se nós entendermos corretamente que a unidade de um conceito é a unidade da apercepção e que tal unidade é que estabelece a possível relação a um objeto, então as categorias, como momentos de qualquer possível unificação, deverão ser mostradas como atuais, como possíveis representações de objetos. (PIPPIN, 2019, p. 149).

Enfim, esta identificação entre o eu e o conceito, ou entre o eu e o pensamento, de modo geral, é própria da concepção hegeliana – de modo que podemos dizer que Hegel se apropria daquilo que ele considera como um elemento especulativo fecundo no interior da filosofia kantiana e o desenvolve em seu próprio sistema. Nesta perspectiva, Beatrice Longuenesse afirma que a transformação que Hegel opera sobre o significado do eu kantiano é a chave para entendermos própria concepção hegeliana do conceito (LONGUENESSE, 2017, p. 28).

‘conhecer’; não no sentido de que, entre outras coisas, ele também conhece, mas além disso também intui, representa, lembra-se, imagina etc. *Tal posição se liga, antes de tudo, ao ‘isolar’ das atividades do espírito, que foi acima criticado. Mas, além disso, se liga à grande questão da época moderna: se é possível conhecimento verdadeiro, isto é, o conhecimento da verdade; de modo que, se nos damos conta de que ele não é possível, renunciamos a esse esforço. Os numerosos aspectos, princípios, categorias, com os quais uma reflexão exterior faz inchar o âmbito dessa questão, encontram em seu lugar seu tratamento definitivo; quanto mais exteriormente o entendimento aqui procede, tanto mais se lhe torna difuso um objeto simples”* (HEGEL, 1995b, p. 221). Hegel conclui dizendo que o verdadeiro conhecimento investiga a própria efetividade da inteligência enquanto conhecer e não enquanto faculdade possível. Neste sentido, me parece que, para ele, apesar de sua leitura mais especulativa acerca de Kant no início da “Doutrina do Conceito”, é muito claro, para ele, que Kant concebe o entendimento como uma simples faculdade do conhecimento possível.

A crítica de Hegel à relação autoconsciência-objeto em Kant

Além deste elogio de Hegel à superação da relação substancial entre o eu e entendimento, operada por Kant e da interpretação e reelaboração especulativa de Hegel sobre a unidade/identidade do eu com o conceito, destaco, a interpretação hegeliana acerca da relação da unidade do eu com a multiplicidade sensível em Kant. Neste ponto do argumento, me dirijo para o texto da *Lógica da Enciclopédia* (parágrafo 42), onde Hegel também faz referências explícitas à concepção kantiana da apercepção pura transcendental:

Com o pensar ou o Eu, as coisas se passam de modo diretamente inverso do que sucede com o sensível, essente fora-um-do-outro e fora de si. O Eu é originariamente idêntico, uno consigo mesmo, e absolutamente Essente junto-de-si. Se eu digo: “Eu”, eis a relação abstrata para consigo mesmo, e o que nesta unidade está posto é por ela contaminado e mudado nela. O Eu, assim, é de certo modo o crisol e o fogo pelo qual a multiformidade indiferente é consumida e reduzida à unidade. É isso que Kant chama “*apercepção pura*”, para diferenciar da apercepção ordinária que em si acolhe o diverso como tal, enquanto a apercepção pura deve ser considerada como a atividade do “fazer-meu”. Com isso, sem dúvida, está agora expressa corretamente a natureza de toda consciência. (HEGEL, 1995a, p. 112).

A meu ver, o que está sendo debatido nesta passagem é, em primeiro lugar, que, para Hegel, o eu é originariamente idêntico consigo mesmo, de modo que possui inicialmente uma relação abstrata para si, sem nenhuma mediação. Como vimos, Hegel pensa o eu, originariamente, como a pura identidade universal de si mesmo, como o puro pensamento, sem nenhuma interferência de elementos empíricos⁹. Neste contexto, o eu deve ser entendido como idealidade (*Idealität*) e unidade, contrariamente à matéria sensível, que permanece na exterioridade (*Äusserlichkeit*), no fora-um-do-outro¹⁰. O significado geral desta compreensão, sem dúvida, é de matriz kantiana e Hegel deve a Kant a definição do eu como

⁹ Na Introdução da *Filosofia do Espírito*, Hegel afirma: “Ao considerar o espírito um pouco mais de perto, encontramos, como sua determinação primeira e mais simples a determinação de que é [um] Eu. [O] Eu é algo perfeitamente simples, universal. Quando dizemos “Eu”, visamos decerto a algo singular; mas, porque cada qual é Eu, dizemos assim apenas algo totalmente universal. A universalidade do Eu faz com que ele possa abstrair de tudo, mesmo de sua vida” (HEGEL, 1995b, p. 19).

¹⁰ A idealidade do eu, para Hegel, consiste justamente na atividade de introduzir em seu interior toda a exterioridade encontrada na natureza e transformá-la em unidade: partindo da experiência, o universal se eleva à pura forma do pensamento e, em última instância, o transforma em conceitos. Mas, esta atividade não é somente teórica, ou relativa à cognição do eu, para Hegel. Como ele diz: “Essa suprassunção da exterioridade – suprassunção que pertence ao conceito do espírito – é o que temos chamado sua *idealidade*. *Todas as atividades do espírito nada são a não ser maneiras diversas da recondução do que é exterior, à interioridade que é o espírito mesmo*; e só mediante essa recondução, mediante essa idealização ou assimilação do exterior, vem a ser, e é, o espírito” (HEGEL, 1995b, p. 18-19; o grifo é meu). O conceito de idealidade, desse modo, é fundamental para compreendermos o significado hegeliano do conceito de subjetividade, dado que esta, como interioridade autorreferente, idealiza todo o material externo em seu interior.

fundamentalmente conceitual em sua autorreferência¹¹ e em sua unidade, como, inclusive, vimos no tópico anterior.

Além disso, em segundo lugar, o eu, como afirma Hegel na passagem acima, *reduz* tudo à sua unidade ideal, se pondo como identidade que faz *seu* o diverso sensível. Neste sentido, o eu, enquanto pensamento de si mesmo, é radicalmente distinto do eu simplesmente empírico, que não contém em seu interior uma unidade conceitual que o identifique em si mesmo e para si mesmo de modo universal em meio à multiplicidade sensível. Portanto, o eu penso puro não se dissolve, ou não se mistura à matéria empírica, identificando-se com ela; antes, permanece em sua unidade idêntica, sendo comparado, assim, ao crisol e ao fogo que tudo reduz à unidade. Como se vê, Hegel remete esta descrição ao texto kantiano da “Dedução Transcendental das Categorias”, se referindo à distinção entre o eu puro e o eu empírico¹².

Foi sobretudo se baseando nesta passagem do parágrafo 42 citada acima, que Robert Pippin afirmou em sua obra *Hegel's Idealism: the Satisfactions of Self-Consciousness* que Hegel admite e segue a estratégia kantiana de fundar a unidade da experiência na autoconsciência:

Infelizmente, não há muitas outras passagens que clarificam como Hegel pensa Kant avançando de uma consideração sobre a natureza aperceptiva da experiência para uma abordagem da natureza específica da unidade da experiência *que é determinada idealmente pelo sujeito*. Entretanto, é claro, com efeito, que ele aceita, de modo geral, a altamente plausível e bem conhecida versão da estratégia kantiana. Uma vez que seu verdadeiro termo para consciência é ‘ser-para-si’, é claro que ele aceita completamente que deve haver uma unidade da apercepção em toda relação consciente entre sujeito e objeto. (PIPPIN, 2001, p. 34; o grifo é meu).

Como eu disse acima, na passagem do parágrafo 42 da *Enciclopédia* a que Pippin se refere está em questão: (1º) a compreensão hegeliana da unidade conceitual, abstrata e autorreferente do eu consigo mesmo e (2º) a relação de idealidade que o eu mantém com a matéria sensível exterior, se pondo como identidade que idealiza em seu interior a multiplicidade do fora-um-do-outro da sensibilidade. Disso não se segue, a meu ver, que o eu seja o determinante da experiência no sentido da ‘conhecida versão da

¹¹ A questão da autorreferência do eu (ou de sua autorreflexividade), do eu que é para si, em Hegel, tem sua origem tanto na concepção kantiana, quanto, é claro, na abordagem de Fichte. Porém, no que toca ao meu tema presente, é importante salientar que, em Kant, sua definição sobre o eu penso, como aquele que “deve *poder* acompanhar todas as minhas representações; se assim não fosse, algo se representaria em mim, que não poderia, de modo algum, ser pensado, que o mesmo é dizer que a representação ou seria impossível ou pelo menos nada seria para mim” (KANT, 2010, p. 134) é profundamente autorreferente. Isso porque o eu penso kantiano pode referir a si todas as suas representações e nisso consiste a sua autorreflexividade, na medida em que pode reportar a si o que pensa. Em Hegel, a consciência de um objeto inclui também a autoconsciência e, conforme ele afirma: “A verdade da consciência é a consciência-de-si, e esta é o fundamento daquela, de modo que na existência toda a consciência de um outro objeto é consciência –de-si: eu sei de um objeto como meu (é minha representação); portanto, nele eu sei de mim” (HEGEL, 1995b, p. 195).

¹² Kant faz esta distinção no parágrafo 18 de sua *Crítica da Razão Pura*: “A *unidade transcendental* da apercepção é aquela pela qual todo o diverso dado numa intuição é reunido num conceito do objeto. Diz-se, por isso, que é *objectiva* e tem de ser distinguida da *unidade subjectiva* da consciência, que é uma *determinação* do *sentido interno*, pela qual é dado empiricamente o diverso da intuição para assim ser ligado” (KANT, 2010, p. 139).

estratégia kantiana’, como afirma Robert Pippin. Pois, a ‘conhecida versão da estratégia kantiana’, na perspectiva de Hegel, é fundamentar o conhecimento nas formas *a priori* subjetivas do sujeito transcendental. Vejamos.

A questão parece ser, portanto, que, para Hegel, ainda que o eu consista em uma unidade originariamente idêntica consigo mesma (em concordância com Kant), não é o caso, entretanto, que o eu se caracterize também em um sentido estritamente transcendental, segundo a compreensão de Hegel deste termo e, por conseguinte, não é o caso, que Hegel afirme que *a unidade da experiência seja determinada idealmente pelo sujeito*. A meu ver, por conseguinte, embora Hegel elogie a concepção kantiana da unidade da apercepção pura em sua relação com o objeto, ele, no entanto, concebe que a explicação kantiana “contém dois lados”. Ou seja, para Hegel, Kant toca em um ponto fundamental ao compreender o eu penso como o determinante do conhecimento conceitual objetivo e da unificação do dado sensível, mas, entretanto, Kant assegura em seguida que a apercepção pura possui uma forma simplesmente subjetiva (Hegel, 2018, p. 46).

Assim, meu intuito a seguir não é simplesmente confrontar minha leitura da filosofia de Hegel sobre a “Dedução Transcendental das Categorias” com aquela de Pippin, mas, antes disso, buscarei somente mostrar no próprio texto hegeliano passagens relevantes que mostram explicitamente como Hegel compreende a perspectiva kantiana acerca do eu e da unidade originariamente sintética da apercepção como uma estratégia que ele mesmo denomina de Idealismo Subjetivo. Desse modo, é claro no próprio texto de Hegel que ele se desvia em certo sentido daquilo que ele compreende como “subjetivismo” no interior do texto kantiano da “Dedução”.

Nesta medida, é interessante nos reportarmos para a compreensão hegeliana do significado do termo “transcendental” e, assim, abarcarmos melhor como Hegel entende a proposta kantiana da fundamentação do conhecimento pelo eu. Com efeito, no próprio parágrafo 42 da *Lógica da Enciclopédia*, Hegel afirma que Kant utiliza a expressão “unidade transcendental da consciência-de-si” e isso quer dizer, conforme Hegel: “que ela era apenas subjetiva, e que não pertencia também aos objetos mesmos, tais como são em si” (HEGEL, 1995a, p. 113). Desse modo, o problema de fundo, para Hegel, parece ser que a unidade transcendental da autoconsciência, em Kant, fornece as determinações de nosso conhecimento sobre os objetos, mas tais determinações não pertencem ao objeto mesmo. E, assim, afirma Hegel, no que tange a este Idealismo Subjetivo: “Talvez se pudesse inicialmente opinar que a realidade foi retirada aos objetos, *pelo fato de ser transferida sua unidade ao sujeito*” (HEGEL, 1995a, p. 113; o grifo é meu). Desse modo, para Hegel, o sujeito kantiano unifica, por meio das categorias, as

determinações do objeto; entretanto, este processo pertence apenas ao sujeito, havendo, pois, na visão de Hegel, uma separação do sujeito com o objeto na filosofia kantiana.

Me dirijo agora ao argumento de Hegel da Introdução da “Doutrina do Conceito” da *Ciência da Lógica*, onde ele analisa especificamente a passagem da “Dedução Transcendental das Categorias”. Neste texto hegeliano, encontramos mais explicitamente a consideração de Hegel, segundo a qual, a concepção kantiana sobre o conceito e a apercepção em sua relação com o objetividade e a multiplicidade sensível “contém dois lados”. Na visão de Hegel, a concepção kantiana sofre um revés, na medida em que inicialmente parece intuir o significado verdadeiro da apercepção, que consistiria em uma estrutura absoluta em sua unidade conceitual e em sua relação com o objeto, mas, entretanto, decai em seguida ao sustentar que esta estrutura é, na verdade, simplesmente subjetiva e que o conceito é, em última instância, sujeito à recepção externa do dado empírico.

Vejamos inicialmente o elogio de Hegel:

Segundo essa apresentação, a unidade do conceito é aquilo pelo qual algo não é mera determinação do sentimento, intuição, ou também mera representação, mas objeto, cuja unidade objetiva é a unidade do Eu consigo mesmo. De fato, a compreensão de um objeto em nada mais consiste do que no fato de o Eu se apropriar do mesmo, penetrá-lo e trazê-lo à sua forma própria, isto é, à universalidade que é imediatamente determinada ou determinada que é imediatamente universalidade. O objeto na intuição ou também na representação é ainda algo externo, estranho. Através do compreender, o ser em si e para si que o objeto tem no intuir e no representar é transformado em um ser posto; o Eu o penetra pensando. Mas é somente no pensar que o objeto é em si e para si; na intuição ou na representação, ele é fenômeno; o pensar suprassume sua imediatidade, com a qual ele inicialmente chega diante de nós, e assim faz dele um ser-posto; esse seu ser-posto, porém, é seu ser em si e para si ou sua objetividade. Portanto, o objeto tem essa objetividade no conceito e este é a unidade da autoconsciência na qual ele foi acolhido; logo sua objetividade ou o próprio conceito nada mais é do que a natureza da autoconsciência, não tem outros momentos ou outras determinações senão o Eu mesmo. (HEGEL, 2018, p. 45-46).

Esta passagem é muito rica e mereceria uma exaustiva análise. Mas, o que me cabe analisar por ora é que Hegel inicialmente diz que ‘segundo essa apresentação’ e aqui – é importante salientar – ele está falando da apresentação kantiana que ele citara imediatamente atrás e que define que o “Objeto é aquilo em cujo conceito está reunido o diverso de uma intuição dada” (KANT, 2010, p. 136). E que: “por consequência, a unidade da consciência é o que por si só constitui a relação das representações a um objeto” (KANT, 2010, p. 136). Aqui nesta passagem do parágrafo 17 da *Crítica da Razão Pura* de Kant estaria, para Hegel, o ápice da compreensão pretensamente especulativa de Kant sobre a autoconsciência e o conhecimento conceitual. Aqui teríamos descrita a unidade do eu, enquanto conceito, com a objetividade que ele mesmo produz. Entretanto, podemos dizer que Hegel, por ele mesmo, desenvolve esta tese no interior de seu Idealismo Absoluto. Mas, Kant, e isso é claro para Hegel, não leva esta tese às

suas conseqüências especulativas, no sentido de afirmar que o conceito, enquanto autoconsciência pura, põe em si e para si a objetividade. Nesta medida, a seqüência da passagem acima destacada não compete à letra do texto kantiano, mas à própria compreensão de Hegel sobre a natureza especulativo-absoluta do conceito, onde temos que: ‘sua objetividade ou o próprio conceito nada mais é do que a natureza da autoconsciência, não tem outros momentos ou outras determinações senão o Eu mesmo’.

E, assim, logo na seqüência desta passagem, Hegel prossegue criticando o que ele considera como o outro lado da consideração kantiana:

A referida apresentação kantiana *contém ainda dois lados* que concernem ao conceito e tornam necessárias algumas observações ulteriores. Em primeiro lugar, os estágios do sentimento e da intuição antecedem o estágio do entendimento, e uma proposição essencial da filosofia transcendental kantiana consiste em afirmar que os conceitos sem intuições são vazios e somente têm validade como relações do múltiplice dado pela intuição. *Em segundo lugar, o conceito foi indicado como o elemento objetivo do conhecimento, portanto, como a verdade. Mas, por outro lado, o conceito é tomado como algo meramente subjetivo*, do qual a realidade – sob a qual é preciso entender a objetividade, já que ela é contraposta à subjetividade – não pode ser extraída; e, em geral, o conceito e o lógico são explicados como algo apenas formal, que, por abstrair do conteúdo, não conteria a verdade. (HEGEL, 2018, p. 46; o grifo é meu).

Na visão de Hegel, portanto, Kant chega perto de elaborar uma visão especulativa sobre o conhecimento, a autoconsciência e o conceito, uma vez que chega a indicar o conceito como aquele que constitui a objetividade do conhecimento e, portanto, como o elemento da verdade. No entanto, pondera Hegel, Kant sustenta, na mesma medida, que o conceito (e, em última instância, a autoconsciência transcendental) é meramente subjetivo, pois que é algo simplesmente formal e contraposto à realidade objetiva. Assim, há uma dualidade inscrita nesta relação e isso, na visão de Hegel, faz a consideração kantiana recair ao nível da pura descrição empirista e psicológica.

Seja como forem configuradas as formas que antecedem o conceito, *o que importa é, em segundo lugar, a relação com as mesmas na qual o conceito é pensado. Essa relação é assumida tanto na representação psicológica comum quanto na filosofia transcendental kantiana no sentido de que a matéria empírica, o múltiplice da intuição e da representação, primeiramente estão aí por si e, então, o entendimento lhes sobreviria, traria unidade aos mesmos e os elevaria por abstração à forma da universalidade.* Desta maneira, o entendimento é uma forma por si vazia que em parte adquire realidade apenas por meio daquele conteúdo dado, em parte abstrai dele, a saber, deixa-o de lado como algo inútil, mas inútil apenas para o conceito. *Em um e no outro atuar o conceito não é o independente, não é o essencial e o verdadeiro daquela matéria que o antecede, a qual é, antes, a realidade em si e para si, que não pode ser extraída do conceito.* (HEGEL, 2018, p. 48; o grifo é meu).

A partir desta passagem da “Doutrina do Conceito”, podemos refletir sobre a configuração do próprio argumento hegeliano. Pois, no início deste tópico vimos que, conforme Hegel: “O Eu, assim, é de certo modo o crisol e o fogo pelo qual a multiformidade indiferente é consumida e reduzida à unidade”.

E, conseqüentemente, prossegue ele: “É isso que Kant chama “*apercepção pura*”, para diferenciar da *apercepção ordinária* que em si acolhe o diverso como tal, enquanto a *apercepção pura* deve ser considerada como a atividade do “fazer-meu””. Mas, o mais importante neste trecho, é esta afirmação de Hegel: “Com isso, sem dúvida, está agora expressa corretamente a natureza de toda consciência” (HEGEL, 1995a, p. 112). Ora, Hegel afirma aqui que esta descrição de Kant ‘expressa corretamente a natureza de toda consciência’. Ou seja, para Hegel, a natureza da consciência consiste justamente no fato dela unificar a multiplicidade sensível e conferir a ela o status de objeto. O problema, no entanto, é que a análise de Hegel sobre o texto kantiano não se resume a esta passagem, como estamos vendo. Antes, é preciso fazer este recuo para o início da “Doutrina do Conceito”, onde Hegel dedica várias páginas a tratar do texto kantiano da “Dedução Transcendental das Categorias”, elogiando o mesmo inicialmente, mas em seguida, tecendo a ele contundentes críticas. Nesta medida, para Hegel, como podemos ver no trecho da “Doutrina do Conceito” destacado acima, Kant afirma, outrossim, que o entendimento recebe a realidade dada exteriormente e, portanto, não produz a verdade a partir de si; em outras palavras, não “*faz sua*” a unidade da experiência objetiva. Assim, a louvável *unidade da experiência sensível que é posta idealmente pela apercepção pura* não se sustenta no texto kantiano, segundo Hegel. Desse modo, a descrição kantiana, na visão de Hegel, acaba por assemelhar-se a uma descrição psicológica e empírica, na medida em que, em última instância, o eu e o entendimento submetem-se à realidade sensível.

Para Hegel, portanto, a síntese originária da *apercepção pura* em Kant **contém apenas o início** de uma compreensão verdadeira do conhecimento e do conceito. Destaco mais uma vez uma passagem emblemática para esta discussão:

A síntese originária da *apercepção* é um dos princípios mais profundos para o desenvolvimento especulativo; *ela contém o início para a apreensão da natureza do conceito* e é completamente contraposta àquela identidade vazia ou universalidade abstrata que dentro de si não é síntese alguma. – *Todavia, a execução ulterior pouco corresponde a esse início*. Já a expressão síntese reconduz facilmente à representação de uma unidade externa e à mera ligação de termos que são em si e para si separados. *Então a filosofia kantiana se deteve apenas no reflexo psicológico do conceito* e regressou novamente para a afirmação da permanente condicionalidade do conceito através de um múltiplo da intuição. (HEGEL, 2018, p. 50).

Portanto, como se vê, para Hegel, Kant intuiu a verdadeira natureza do conceito lógico subjetivo. Mas, em seguida, como ele mesmo afirma, Kant regressa para uma consideração psicológica sobre o conhecimento.

É fundamental notar que o pressuposto desta crítica de Hegel ao argumento kantiano e sua acusação de “*subjetivismo*” à filosofia transcendental insere-se no contexto de sua compreensão especulativa sobre o conceito lógico. Neste sentido, é interessante destacar que logo na sequência da

afirmação de Hegel feita no parágrafo 42 da *Enciclopédia*, onde ele diz que Kant expressou corretamente a natureza da consciência de si, ele afirma:

Mas, ao mesmo tempo, há que notar que não é a atividade subjetiva da consciência-de-si que introduz a unidade absoluta na multiformidade. *Melhor, essa identidade é o absoluto, o verdadeiro mesmo.* É, por assim dizer, bondade do absoluto deixar as singularidades irem ao seu gozo-de-si; e é o próprio Absoluto que as reconduz à unidade absoluta. (HEGEL, 1995a, p. 112; o grifo é meu).

Para Hegel, não é a consciência-de-si, em um sentido estritamente subjetivo, a responsável por unificar e conferir o status de verdade à multiplicidade do elemento sensível, unificando a mesma como objeto. Hegel afirma na passagem destacada acima que é tarefa do absoluto reconduzir a multiplicidade sensível à sua unidade. Ora, mas de que absoluto se trata? Devemos pensar o absoluto no interior do sistema de Hegel como algo que ultrapassa a concepção subjetivista do eu, ou da autoconsciência, e, ainda, que ultrapassa uma concepção substancialista do mesmo. O absoluto, como ideia – unidade imanente entre conceito subjetivo e objetividade (*Objektivität*) – consiste, antes, em uma autorrelação lógica do conceito com o seu objeto.

Com efeito, a significação hegeliana do termo “absoluto”, que qualifica o pensamento puro da *Lógica*, nos remete aos tempos de juventude, onde inicialmente Hegel o pensava por um viés espinosista, como substância que é causa e fim de si mesma. Com efeito, na *Fenomenologia do Espírito* (1807), Hegel passa a afirmar que o absoluto deve ser entendido como a identidade vital infinita entre sujeito e objeto e que contém em seu interior o momento do finito e o momento da diferença (BEISER, 1999, p. 7). Desse modo, podemos dizer que, pouco a pouco, a definição de Hegel acerca do absoluto vai se tornando cada vez mais lógica. Mas, somente na *Ciência da Lógica* é que o absoluto passa a ser entendido em termos discursivos, como pensar que se auto-refere a si, conforme a estrutura cognitivo-ontológica conquistada pela ideia e que exprime, pois, a unidade imanente constitutiva da realidade enquanto permeada pelo conceito. Nas palavras de Marcos Müller:

O que Hegel chamará de absoluto nada mais é do que a auto-apresentação e a auto-reprodução da razão graças ao conhecimento especulativo que ela adquire de si mesma no “pensamento livre”, i. e, no processo pelo qual o puro pensamento se determina a si mesmo. O absoluto é, assim, o processo do auto-esclarecimento exaustivo e da autolegitimação radical da razão através desse pensamento que se desenvolve em direção à sua determinação completa enquanto idéia. (MÜLLER, 2005, p. 3).

Também Beatrice Longuenesse faz uma leitura semelhante acerca da definição madura de absoluto em Hegel: “Para ele [Hegel], o absoluto não é a coisa em si mesma, mas a verdade, isto é, o acordo entre o ato do pensamento e o que ele significa no interior do pensar; o acordo do conceito e seu objeto”. E ainda: “O absoluto é um resultado: é o resultado do movimento completo do pensamento e o

fim pelo qual o pensamento é capaz de refletir os objetos como seus próprios produtos e refletir a si mesmo nestes objetos” (LONGUENESSE, 2017, p. 27; o colchete é meu; a tradução é minha). Ou seja, o absoluto, para Hegel, não é um ente dado, ou uma substância imóvel, mas um processo, um resultado autorreferente e reflexivo, a unidade especulativa do pensamento de si mesmo enquanto sujeito e da objetividade que a si mesmo se dá.

Desse modo, podemos compreender que Hegel critica a concepção kantiana acerca da apercepção transcendental a partir de sua concepção absoluta sobre o conceito lógico, enquanto aquele que é pura autorreferência de si em sua subjetividade e que põe para si mesmo a objetividade.

O ponto de vista do conceito é, de modo geral, o do idealismo absoluto, e a filosofia é um conhecimento conceituante, enquanto nela tudo o que conta para outra consciência como um essente, e autônomo em sua imediatez, é simplesmente sabido como um momento ideal. Na lógica-de-entendimento, costuma-se considerar o conceito como uma mera forma do pensar, e, mais precisamente, como uma representação geral. (...) De fato, porém, sucede exatamente o contrário, e o conceito é antes o princípio de toda a vida, e assim, ao mesmo tempo, o que é pura e simplesmente concreto. (HEGEL, 1995a, p. 292).

Assim, é muito claro que Hegel suspende o ponto de vista transcendental kantiano acerca da autoconsciência e desenvolve o ponto de vista absoluto do conceito e da ideia. De modo que, para nosso autor, a subjetividade, em seu sistema maduro, não se limita à forma da autoconsciência kantiana, mas corresponde logicamente à estrutura reflexiva do conceito. Neste sentido, a própria compreensão hegeliana de autoconsciência no interior de sua perspectiva especulativa deve ser lida à luz da autorreferencialidade pura do conceito lógico. Ou seja, ainda que Hegel explicitamente afirme que “o conceito, na medida em que progrediu para uma existência tal que é, ela mesma, livre, nada mais é do que o Eu ou a autoconsciência pura” (HEGEL, 2018, p. 44), penso que a autoconsciência aqui deve ser entendida não em termos fenomenológicos, mas como uma autorreferência, ou como um auto-saber puro do conceito sobre si mesmo e que a si mesmo se reflete como eu. Konrad Utz, a este respeito, afirma que Hegel utiliza o termo “autoconsciência” no início da “Doutrina do Conceito”, precisamente nesta passagem que acabo de citar, mas que, no decorrer da “Doutrina” este termo praticamente não aparece mais, de modo que Hegel torna a falar de conhecimento puro, ou melhor, de autoconhecimento, quando trata da ideia. Assim, conforme Utz, “a introdução da consciência no conceito do conceito é, então, uma antecipação” (UTZ, 2010, p. 120). De modo que “a seguir Hegel não fala mais da consciência do Eu, mas apenas da igualdade dele consigo mesmo que constitui sua universalidade, e de sua negatividade reflexiva que constitui sua determinação absoluta e, com isso, sua singularidade e individualidade” (UTZ, 2010, p. 120). Assim, a autoconsciência pura em Hegel não significa uma autoconsciência em termos

fenomenológicos, como consciência particular de um sujeito frente a um objeto que lhe aparece, mas, sim, como o auto-pensamento do próprio conceito a respeito de si mesmo¹³.

Conclusão

Me fiz valer de várias citações do texto de Hegel neste último tópico e nos demais, a fim de mostrar as críticas explícitas do nosso autor àquilo que ele considera como “subjetivismo” no interior do argumento kantiano. De modo algum foi meu intuito mostrar a pertinência da interpretação de Hegel acerca do texto kantiano que, por sua profundidade própria, pode ultrapassar em certa medida as acusações de Hegel. O que procurei mostrar, por outro lado, discordando da leitura de continuidade proposta por Robert Pippin em *Hegel's Idealism*, é que, ainda que Hegel, especificamente no que tange ao argumento da “Dedução Transcendental das Categorias”, tenha assimilado fortemente a concepção conceitual de Kant sobre o eu – enquanto unidade autorreferente por meio do pensamento (como procurei salientar no segundo tópico deste artigo) – ele, entretanto, critica textualmente o que considera como o cerne do argumento kantiano em seu subjetivismo. A saber: o fato de que Kant, na perspectiva hegeliana, tenha perdido a sua apreensão especulativa inicial sobre a unidade da apercepção pura, chegando a sustentar, por outro lado, que o eu penso subjetivo se submete às condições empíricas da realidade sensível.

Referências

BEISER, Frederick. Hegel and Problem of Metaphysics. **Cambridge Companion to Hegel**. 6ª edição. New York: Cambridge University Press, p. I-XXV, 1999.

FERRARIN, Alfred. **Thinking and I. Hegel and the Critique of Kant**. Illinois: Northwestern University Press, 2019.

HEGEL, G. W. F. **Ciência da Lógica. 1. A Doutrina do Ser**. 2ª edição. Petrópolis, R.J: Vozes, 2017.

_____. **Ciência da Lógica. 3. A Doutrina do Conceito**. Petrópolis, R.J: Vozes, 2018.

_____. **Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Compêndio (1830). Volume I. A Ciência da Lógica**. 2ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 1995a.

¹³ É importante salientar que na Filosofia do Real Hegel irá tratar do eu e da autoconsciência, na *Filosofia do Espírito*, como determinações da ideia: “Pensar, espírito, autoconsciência são determinações da ideia enquanto ela tem a si mesma como objeto, e seu ser aí, isto é, a determinidade de seu ser, é sua própria diferença de si mesma” (HEGEL, 2018, p. 261). O conceito subjetivo, pois, tem seu mais alto e mais concreto conhecimento no conhecimento do espírito.

_____. **Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Compêndio (1830). Volume III. A Filosofia do Espírito.** São Paulo: Edições Loyola, 1995b.

_____. **Fenomenologia do Espírito. Parte I.** 5ª edição. Petrópolis, R.J: Editora Vozes, 2000.

KANT, I. **Crítica da Razão Pura.** 7ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

LONGUENESSE, B. **Hegel's Critique of Metaphysics.** New York: Cambridge Companion, 2007.

MÜLLER, M. L. **O Idealismo Especulativo de Hegel e a Modernidade Filosófica: Crítica ou Radicalização dessa Modernidade?** Revista eletrônica estudos hegelianos. v. 4, n. 3, p. 1-13, 2005.

PIPPIN, R. **Hegel's Idealism. The Satisfactions of Self-Consciousness.** 5ª edição. New York: Cambridge University Press, 2001.

_____. **Hegel's Realm of Shadows: Logic as Metaphysics in "The Science of Logic".** University of Chicago Press, 2019.

STERN, Robert. Hegel's Idealism. **Cambridge Companion to Hegel and Nineteenth Century Philosophy.** New York: Cambridge University Press, p. 135-173, 2008.

Recebido em: 15/10/2021

Aceito em: 27/04/2022